

A Lei 12.529/2011 e a Nova Política de Defesa da Concorrência

Vinicius Marques de Carvalho

Organizador

Alessandro Serafin Octaviani Luis
Amanda Athayde
Ana Carolina Lopes de Carvalho
Ana de Oliveira Frazão
Ana Paula Martinez
Barbara Rosenberg
Bernardo Gouthier Macedo
Bruno Bastos Becker
Caio Mário da Silva Pereira Neto
Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Carol Elizabeth Conway
Carolina Policarpo Garcia
Cristianne Saccab Zarzur
Diogo Thomson de Andrade

Eduardo Caminati Anders
Eduardo Frade Rodrigues
Eduardo Pontual Ribeiro
Francisco Schertel Ferreira Mendes
Gabriel Nogueira Dias
Gesner Oliveira
Gilvandro de Araújo
José Carlos da Matta Berardo
Leonor Cordovil
Luiz Alberto Esteves
Luiza Kharmandayan
Marcelo Calliari
Márcio de Oliveira Júnior

Marcos Paulo Verissimo
Mariana Boabaid Dalcanale Rosa
Mário Sérgio Rocha Gordilho Júnior
Olavo Chinaglia
Paulo Burnier da Silveira
Paulo Furquim de Azevedo
Pedro Dutra
Ricardo Machado Ruiz
Rodrigo de Grandis
Sílvia Fagá de Almeida
Tulio Freitas do Egito Coelho
Vicente Bagnoli
Victor Santos Rufino

L525

A Lei 12.529/2011 e a Nova Política de Defesa da Concorrência. /
Organizador: Vinicius Marques de Carvalho. São Paulo : Singular, 2015.

488 p.

ISBN: 978-85-86626-80-7

1. Brasil. [Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011]. 2. Brasil. [Lei antitruste (2011)]. 3. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Brasil) (SBDC). 4. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Brasil) (Cade). 5. Direito da concorrência, Brasil. 6. Política antitruste, Brasil. I. Carvalho, Vinicius Marques de (Org.).

CDU: 347.733(81)(094)

Revisão: Paola Morsello

Foto de Capa: Maria José Machado Mendes

Capa e Diagramação: Brandão Design

© desta edição

Editora Singular

Tel/Fax: (11) 3862-1242

www.editorasingular.com.br

singular@editorasingular.com.br

SUMÁRIO

Sobre os autores	V
Apresentação	XIII
Introdução	XVII

PARTE I – A DINÂMICA INSTITUCIONAL DO SBDC

Os três primeiros anos da Lei 12.529/2011	3
<i>Cristianne Saccab Zarzur e Vicente Bagnoli</i>	
A política de defesa da concorrência quatro anos depois: ainda em busca de melhores práticas?	13
<i>Vinicius Marques de Carvalho</i>	
Advocacia da concorrência	31
<i>Pedro Dutra</i>	
Modelo de transição institucional da política de defesa da concorrência	39
<i>Mariana Boabaid Dalcanale Rosa</i>	
A Superintendência-Geral do Cade e a estruturação da função de instrução dos processos administrativos e atos de concentração	53
<i>Eduardo Frade Rodrigues</i>	
O novo Cade no cenário internacional	65
<i>Paulo Burnier da Silveira</i>	
O “novo Cade” no cenário internacional	75
<i>Marcelo Calliari</i>	
A análise econômica do Cade	85
<i>Luiz Alberto Esteves e Eduardo Pontual Ribeiro</i>	

Qual o futuro da análise econômica no Cade?	97
<i>Bernardo Gouthier Macedo, Silvia Fagá de Almeida e Carolina Policarpo Garcia</i>	
A judicialização da defesa da concorrência após a Lei 12.529/2011: a emergência da enganiosidade?	115
<i>Gilvandro de Araújo</i>	
Judicialização sob a perspectiva da advocacia concorrencial	127
<i>Tulio Freitas do Egito Coelho</i>	

PARTE II – CONTROLE DE ESTRUTURAS

Atos de concentração sob a Lei 12.529/2011 – os primeiros três anos da Superintendência-Geral	143
<i>Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo e Mário Sérgio Rocha Gordilho Júnior</i>	
Análise prévia de atos de concentração quatro anos depois. O que nós advogados aprendemos?	159
<i>Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo e Bruno Bastos Becker</i>	
A análise de eficiências em atos de concentração sob o enfoque do princípio retributivo	181
<i>Ana de Oliveira Frazão</i>	
Restrições Comportamentais em atos de concentração	201
<i>Ricardo Machado Ruiz</i>	
Remédios no âmbito de Acordos em Controle de Concentração (ACCs): um balanço dos primeiros anos da Lei 12.529/2011	221
<i>Caio Mário da Silva Pereira Neto e Paulo Furquim de Azevedo</i>	
Concorrência: a Lei 12.529/2011 e os e-mercados	255
<i>Carol Elizabeth Conway</i>	

PARTE III – CONTROLE DE CONDUTAS

A Lei 12.529/2011 e o combate a cartéis no Brasil: avanços e perspectivas	271
<i>Diogo Thomson de Andrade</i>	
Programa de leniência antitruste e repercussões criminais: desafios e oportunidades recentes	287
<i>Amanda Athayde e Rodrigo de Grandis</i>	
Política de leniência – avanços recentes e perspectivas	305
<i>Ana Paula Martinez e Leonor Cordovil</i>	

Remédios estruturais em casos de cartéis: análise funcional e fundamentos econômicos para sua aplicação	321
<i>Márcio de Oliveira Júnior e Alessandro Serafim Octaviani Luis</i>	
As condutas unilaterais e o mecanismo das consultas administrativas ao Cade	339
<i>Marcos Paulo Verissimo</i>	
Restrições regulatórias à concorrência – limites à atuação do Cade	365
<i>Gabriel Nogueira Dias</i>	

PARTE IV – CONQUISTAS RECENTES E DESAFIOS FUTUROS

Agenda normativa do novo Cade: <i>overview</i>	389
<i>Ana Carolina Lopes de Carvalho</i>	
Desafios da regulamentação de contratos associativos	403
<i>Luiza Kharmandayan</i>	
Evolução das normas sobre TCCs em cartéis após a Lei 12.529/2011	425
<i>Victor Santos Rufino e Francisco Schertel Ferreira Mendes</i>	
Agenda normativa do novo Cade: o que mais pode (ou deve) ser feito?	437
<i>Olavo Chinaglia e Eduardo Caminati Anders</i>	
A tríplice agenda do programa de <i>compliance</i> concorrencial: avanços recentes e aprimoramentos	459
<i>Gesner Oliveira</i>	